



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, de forma híbrida, reuniu-se o Conselho Universitário — Consuni da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa, sob a presidência do Reitor, **Rodrigo Nogueira de Codes**, para deliberar sobre a pauta da nona reunião ordinária de dois mil e vinte e cinco. Estiveram presentes os conselheiros: **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** e **Marcilene Vieira da Nóbrega**, do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva** e **Denilson Menezes de Jesus**, do Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Pedro Thiago Valerio de Souza** e **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos**, do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF; **Rafael Castelo Guedes Martins**, do Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** e **Adrian José Molina Rugama**, do Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Jennifer do Vale e Silva** e **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum**, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **José Albenes Bezerra Júnior** e **Angelo Magalhães Silva**, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH; **Wesley de Oliveira Santos** e **Ednardo Pereira da Rocha**, do Centro de Engenharias — CE; **Maria Kaliane de Oliveira Moraes**, **Milena Paula Cabral de Oliveira** e **Talita Barbosa Abreu Diógenes**, representantes técnico-administrativos; e **Maria Marleide da Cunha Matias**, representante da comunidade. **Conselheiros com falta justificada**: Ananias Agostinho da Silva e Aline Lidiane Batista. **Conselheiros com falta não justificada**: Andrea Maria Ferreira Moura, Johnnatam Fernandes da Silva Mota, Avila Kelly de Medeiros Nicolau e Amanda Nayara de Melo Costa. Tendo constatado quórum legal, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, declarou aberta a reunião. Em seguida, leu e colocou em votação a justificativa de ausência do conselheiro Ananias Agostinho da Silva, a qual foi aprovada por unanimidade. Depois, leu e colocou em votação a justificativa de ausência da conselheira Aline Lidiane Batista, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, realizou a leitura da pauta e a colocou em discussão. A conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira** fez uma solicitação para a retirada *Apreciação e deliberação sobre a criação do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental*. Ela parabenizou a comissão de elaboração do curso, mas argumentou que, como representante técnico-administrativa, era necessária que se discutisse a previsão de códigos de vagas para técnicos administrativos, uma vez que a instituição sofre com a defasagem deste quadro de funcionários. Ressaltou a importância de planejar a criação de novos cursos juntamente com a criação de vagas para técnicos, visto que a operação de um curso não se dá apenas com docentes. Questionou a criação do curso no campus Angicos, considerando a baixa demanda observada nas instituições vizinhas, como o Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, que também oferece o curso e enfrenta dificuldade de preenchimento de vagas. Levantou preocupações sobre a falta de documentação adicional, como atas e estudos que validassem a necessidade do curso na região de Angicos. Assim, solicitou que o ponto fosse retirado da pauta até que as informações faltantes fossem fornecidas e os códigos de vagas para técnicos administrativos fossem discutidos. Em seguida, a conselheira **Maria Kaliane de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

33 **Oliveira Moraes** se manifestou, apoiando a solicitação de retirada de pauta feita pela conselheira Milena Paula
34 Cabral de Oliveira. Também questionou a ausência da apreciação da ata da última reunião, que normalmente é o
35 primeiro ponto de pauta, mas que não havia sido mencionada até aquele momento. Sugeriu que isso fosse
36 verificado e incluído na reunião, caso ainda fosse possível. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
37 **Codes**, esclareceu que a ata da reunião anterior não estava prevista para ser apreciada naquele momento, mas
38 agradeceu a observação da conselheira Maria Kalliane de Oliveira Moraes. Na sequência, o conselheiro **Lucas**
39 **Ambrósio Bezerra de Oliveira** expressou discordância em relação ao ponto de pauta relativo ao Projeto
40 Pedagógico de Curso – PPC do curso de Tecnólogo em Gestão Ambiental, com a intenção de garantir que
41 houvesse uma oportunidade para discutir os pontos levantados pela conselheira Milena Paula Cabral de Oliveira.
42 Sugeriu que, ao menos, fosse possível esclarecer as questões que foram apresentadas, considerando que o PPC,
43 uma proposição para a criação do curso, vinha sendo trabalhado há aproximadamente um ano e meio ou dois
44 anos, com um esforço contínuo para alinhar o projeto às demandas da instituição e ao contexto local. Destacou
45 que a proposta do curso estava inserida em uma busca proativa do CMA de integrar os conhecimentos da
46 pesquisa e extensão com a realidade local. Reconhecendo a relevância das colocações feitas pela conselheira
47 Milena Paula Cabral de Oliveira, concordou que muitos dos pontos apontados eram pertinentes e que mereciam
48 ser debatidos. No entanto, enfatizou que o processo de aprovação do PPC já havia seguido todas as etapas
49 formais exigidas pela instituição. Também explicou que o PPC passou pela apreciação do departamento, pelo
50 Conselho de Centro e, em seguida, foi encaminhado ao Comitê de Graduação. Antes disso, houve uma análise
51 pela divisão pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação — Prograd e uma apreciação do Consepe, realizada na
52 semana anterior. Nesse contexto, sublinhou que este seria o primeiro momento em que tais questões estavam
53 sendo levantadas, o que gerava a necessidade de esclarecimentos. Também se colocou à disposição para
54 conduzir as discussões, reiterando a importância de manter a pauta aberta para debate, mesmo concordando com
55 as inquietações acerca da falta de técnicos administrativos. Ele ressaltou que, apesar da sua solicitação de
56 manutenção do ponto de pauta, não discordava dos argumentos sobre a carência de técnicos, considerando que
57 essa é uma questão recorrente no planejamento institucional. Na sequência, o conselheiro **Leonete Cristina de**
58 **Araújo Ferreira Medeiros Silva** indagou sobre a possibilidade de participação do professor Maxwell Ferreira,
59 presidente da comissão que elaborou o PPC, para que ele pudesse explicar melhor as etapas do processo de
60 elaboração do documento e contribuir para o esclarecimento das dúvidas. O conselheiro **Lucas Ambrósio**
61 **Bezerra de Oliveira** respondeu afirmativamente, dizendo que faria o contato com o professor Maxwell Ferreira e
62 verificaria sua disponibilidade para participar da reunião, observando que a proposta era válida e que poderia
63 trazer maior clareza ao debate. A conselheira **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva** também
64 aproveitou para manifestar sua preocupação quanto à ausência da documentação de aprovação do PPC, apesar
65 de o mesmo ter sido aprovado pelo Consepe. Ela explicou que, conforme discutido em uma reunião anterior do
66 Conselho de Centro de Caraúbas, sentiu falta da documentação completa que detalhasse o trâmite do processo, o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

67 que havia sido deixado a cargo dos conselheiros para acompanhar. Destacou ainda que essa ausência
68 documental estava gerando insegurança sobre o andamento do processo e a forma como ele estava sendo
69 conduzido, o que levava a um certo grau de preocupação. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
70 **Codes**, comentou sobre a importância de manter a transparência do processo e de garantir que as devidas
71 documentações fossem disponibilizadas a todos os conselheiros para análise. Ele reconheceu que a situação
72 merece atenção, mas que o procedimento estava seguindo as etapas acordadas previamente. Em seguida, Fez
73 três sugestões à pauta. A primeira dizia respeito à inclusão do processo de redistribuição do professor Caio
74 Augusto Martins Aires ao segundo ponto. A segunda sugestão referia-se à inclusão do ponto *Apreciação e*
75 *deliberação acerca da definição dos pesos do ENEM no âmbito do SISU para o curso de Psicologia*, cuja
76 documentação já havia sido encaminhada por e-mail. Por fim, solicitou a inclusão de um terceiro ponto,
77 *Apreciação e deliberação sobre a alteração do nome do Hospital Veterinário Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia para*
78 *Hospital Veterinário Dr. Paulo Cisneiro*. Na sequência, a conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira** iniciou sua
79 fala destacando a discussão em andamento no Consuni sobre a criação de um novo curso. Ressaltou que o PPC
80 já havia sido aprovado pelo Consepe, mas que, para dar seguimento ao processo, faltava a documentação
81 complementar. Mencionou ainda que a Prograd orienta que, ao encaminhar a criação de cursos para os
82 Conselhos Superiores, deve ser incluída a documentação relacionada à tramitação e aprovação em assembleia ao
83 campus, além de um estudo de demanda, o que não havia sido apresentado. Apontou que a documentação já
84 recebida abordava aspectos com a viabilidade técnica, de infraestrutura e de pessoal do curso, mas enfatizou que
85 faltava o estudo de demanda, crucial para entender se realmente há necessidade do curso na região de Angicos.
86 Além disso, sugeriu que esse estudo fosse documentado, abordando a empregabilidade na região e as
87 oportunidades de trabalho para os futuros egressos do curso, especialmente em comparação com o curso de
88 Psicologia, que tem apresentado sucesso devido à demanda de formação de professores. Destacou a importância
89 de compreender se a criação do novo curso atenderia a uma demanda real da região, mencionando ainda a
90 necessidade de um levantamento mais detalhado sobre a empregabilidade dos profissionais formados na área.
91 Em seguida, o conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** se manifestou, concordando com a
92 preocupação da conselheira Milena Paula Cabral de Oliveira e destacando que o processo de criação do curso se
93 baseia em uma análise da realidade da região. Ele mencionou que a comissão responsável pelo PPC levou em
94 conta as particularidades da região de Angicos, incluindo o crescimento da área de energias alternativas, como a
95 solar, e o impacto disso nas demandas de formação. Reforçou que a proposta do curso tecnólogo se alinhava a
96 uma realidade de formação mais rápida e com foco em setores específicos da região, como a convivência com o
97 semiárido. Ele destacou ainda que o IFRN tem se dedicado a refletir sobre essas questões, considerando as
98 especificidades regionais e a necessidade de uma formação profissional mais ágil, em contraste com cursos mais
99 longos, como o de bacharelado. Finalizou ressaltando que o processo de criação do curso levou em consideração
100 diversas variáveis e que a comissão tem trabalhado ativamente para desenvolver uma proposta condizente com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

101 as necessidades locais. O conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** também mencionou que a
102 documentação necessária poderia ser encaminhada para apreciação e que o processo deveria continuar. O
103 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação o pedido da conselheira Milena Paula
104 Cabral de Oliveira, acerca da retirada dos pontos três e quatro, a qual foi negada com sete votos contrários, seis
105 votos favoráveis e quatro abstenções; a inclusão do processo de redistribuição do professor Caio Augusto Martins
106 Aires, ao ponto dois, a qual foi aprovada com dezesseis votos favoráveis e três abstenções; a inclusão do ponto
107 relativo à apreciação e deliberação acerca da definição dos pesos do ENEM no âmbito do SISU para o curso de
108 Psicologia, a qual foi aprovada com dezesseis votos favoráveis e uma abstenção; por fim, a inclusão do ponto
109 referente à alteração do nome do Hospital Veterinário Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia para Hospital Veterinário
110 Dr. Paulo Cisneiro, a qual foi aprovada por unanimidade. Para finalizar, o presidente deste Conselho, **Rodrigo**
111 **Nogueira de Codes**, pôs em votação a pauta como um todo, a qual foi aprovada com dezessete votos favoráveis
112 e duas abstenções, ficando da seguinte forma: **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre
113 processos de afastamento. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre processos de redistribuição.
114 **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre a criação do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental. **Quarto**
115 **ponto:** Apreciação e deliberação acerca da definição dos pesos para as áreas de domínio das provas do ENEM
116 referentes ao curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, conforme documentação anexa. **Quinto ponto:**
117 Apreciação e deliberação acerca da definição dos pesos do ENEM no âmbito do SISU para o curso de Psicologia.
118 **Sexto ponto:** Apreciação e deliberação sobre a proposta de Comissão permanente de políticas sobre saúde única
119 e boa convivência com os animais – COMVIVA, conforme processo nº 23091.012064/2025-74. **Sétimo ponto:**
120 Apreciação e deliberação sobre a minuta que dispõe sobre a criação, organização e institucionalização do
121 Programa “Engenharias com a SAE – Incentivo e Qualificação” promovido pelos cursos de Engenharias
122 envolvidos nos programas Estudantis da SAE (Sociedade de Engenheiros da Mobilidade) no âmbito da
123 Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa. **Oitavo ponto:** Apreciação e deliberação sobre a alteração do
124 nome do Hospital Veterinário Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia para Hospital Veterinário Dr. Paulo Cisneiro. **Nono**
125 **ponto:** Outras ocorrências. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
126 realizou a leitura do ponto número um, referente ao processo de afastamento da servidora Carmen Tassiany Alves
127 da Silva, e pôs em discussão. Não havendo manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade.
128 **SEGUNDO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto
129 número dois, referente ao processo de redistribuição da professora Marianna Perantoni Pereira, e pôs em
130 discussão. Não havendo manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada com dezesseis votos favoráveis e uma
131 abstenção. Em seguida, colocou em apreciação o processo de redistribuição do professor Caio Augusto Martins
132 Aires. Não havendo manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada com dezessete votos favoráveis e duas
133 abstenções. **TERCEIRO PONTO:** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura
134 do ponto número três, e deu início à discussão. Solicitou ao conselheiro Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

135 participação de algum membro da comissão, que estivesse à disposição para contribuir com o debate. A
136 conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Morais** manifestou-se lembrando que a pauta havia sido retirada
137 anteriormente para que se pudesse avaliar a necessidade de uma pactuação quanto à questão da criação de
138 cursos, com ênfase na análise do impacto sobre os servidores técnico-administrativos. Ela destacou que sua fala
139 não se concentraria diretamente nos pontos trazidos pela conselheira Milena Paula Cabral de Oliveira, mas
140 especificamente nas implicações administrativas decorrentes da criação de um novo curso, que afetam
141 diretamente os técnicos e suas respectivas unidades. Apontou que, embora o documento analisado mencione os
142 servidores técnico-administrativos, ele apresenta apenas um rol geral desses profissionais na universidade, sem
143 detalhar o impacto real nas unidades envolvidas. Reforçou, com base em sua experiência e no contato constante
144 com servidores de diversos campi, que a criação de cursos precisa levar em conta o déficit histórico desses
145 profissionais, um problema recorrente especialmente em Angicos, que ela citou como um dos campi mais
146 afetados. Também destacou que havia solicitado formalmente que, nos processos futuros de criação de cursos,
147 fossem incluídas análises e pactuações claras sobre a disponibilidade de códigos de vaga para os técnicos, uma
148 vez que a universidade sofre com a desproporção entre os quadros de técnicos e docentes, além da sobrecarga
149 enfrentada por muitos desses servidores e concluiu com um apelo ao Conselho para que a criação dos cursos não
150 fosse aprovada neste momento, solicitando que se aguarde uma proposta que inclua, ainda que minimamente, a
151 pactuação de novos códigos de vaga para os técnicos do campus de Angicos. Por fim, destacou que não se trata
152 de ser contra a criação do curso, mas de garantir que ela ocorra com responsabilidade, respeitando a estrutura
153 administrativa necessária para seu funcionamento adequado. Na sequência, o conselheiro **Pedro Thiago Valerio**
154 **de Souza** destacou que havia feito uma análise transversal do Termo de Proposição de Curso – TPC e ressaltou
155 que o documento evidencia uma pactuação docente já realizada, com seis códigos de vaga pactuados, além de
156 uma recomendação para pactuação de um sétimo código, ainda pendente, e concordou com os apontamentos
157 feitos anteriormente pela conselheira Maria Kaliane de Oliveira Morais, relatando sua experiência enquanto
158 coordenador de curso, onde sofre diretamente os impactos da carência desses profissionais, especialmente
159 técnicos de laboratório. Em relação ao documento, apontou inconsistências em sua formatação, como a falta de
160 uniformidade na tabulação entre seções. Citou como exemplo a seção 4.6, sobre o Trabalho de Conclusão de
161 Curso, que está tabulada, diferentemente de outras partes do texto. Observou que tais ajustes são simples, mas
162 importantes para a apresentação final do documento. Outro ponto observado foi a ausência de separação dos
163 componentes curriculares por eixos, prática comum nos PPCs, especialmente útil para a organização do colegiado
164 de curso. Afirmou não ter identificado essa separação no documento e questionou se tal estrutura estaria prevista
165 para ser feita posteriormente ou se foi uma omissão. Por fim, parabenizou o esforço da equipe envolvida na
166 proposta, reconhecendo as dificuldades inerentes à criação de um novo curso, e reafirmou a relevância do papel
167 do Conselho na análise criteriosa de tais documentos, mesmo que este seja, em regra, um trabalho inicial das
168 comissões de graduação. O conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira**, disse que não conseguiu contato



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

169 com o professor Maxwell Ferreira mas que a professora Jacimara Villar Forbeloni poderia esclarecer dúvidas
170 específicas sobre a construção do curso, dado seu envolvimento direto no processo. O presidente deste Conselho,
171 **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação a participação da professora, a qual foi aprovada por unanimidade.
172 A professora **Jacimara Villar Forbeloni**, atual vice-diretora do CMA e diretora à época do início da proposta de
173 criação do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, iniciou sua fala agradecendo o espaço e solicitando
174 orientações sobre o foco de sua participação. Relatou que os esforços para a criação da nova graduação iniciaram
175 há cerca de dois anos, quando o campus teve a possibilidade de pleitear códigos de vaga para docentes. A partir
176 disso, iniciou-se um processo interno de avaliação e prospecção de novos cursos, dos quais quatro propostas
177 foram inicialmente consideradas, sendo a de Gestão Ambiental a mais bem avaliada. O curso foi pensado como
178 tecnólogo por dois motivos principais: por ser uma oferta inédita na instituição e pelo seu caráter mais enxuto, o
179 que poderia ser mais atrativo aos estudantes da região, que historicamente apresentam baixa procura por cursos
180 superiores em razão de questões sociais, econômicas e de compreensão sobre a universidade. Assim, a proposta
181 levou em consideração a infraestrutura atual do campus e a viabilidade acadêmica do curso. Destacou o
182 envolvimento de diversos docentes na elaboração do PPC, a realização de ajustes sucessivos e a expectativa
183 positiva da comunidade local e de prefeituras da região em relação à oferta do curso. Na sequência, a conselheira
184 **Milena Paula Cabral de Oliveira** solicitou mais informações sobre os estudos de viabilidade mencionados.
185 Apontou que tais dados não estavam presentes na pasta dos conselheiros, que continha apenas o PPC.
186 Relembrou que, em momento anterior, quando o campus Angicos solicitou a aprovação de perfis docentes sem
187 ainda ter um curso formalmente elaborado, houve resistência no Consepe, inclusive de sua parte, justamente pela
188 ausência de fundamentação. Ressaltou a importância de materializar os dados referentes à área de atuação
189 profissional dos egressos, para justificar concretamente a demanda por formação nessa área. Mencionou ainda a
190 relevância de ter havido diálogo formal com o IFRN, que já oferta curso técnico na área, para garantir uma
191 articulação adequada da rede pública de ensino. O conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira**, também
192 membro da comissão de criação do curso, reconheceu que não houve um contato formal com o IFRN por meio de
193 reuniões ou visitas institucionais, mas afirmou que a experiência do Instituto foi considerada no desenho do curso,
194 principalmente em relação à realidade de unidades próximas, como os campi de Ipanguaçu e Lajes. Relatou que,
195 em agosto de 2023, houve uma iniciativa realizada pela equipe do campus, com o objetivo de pensar
196 proativamente sobre o futuro do campus, adotando uma abordagem estratégica. Nesse processo, foi discutida a
197 criação de novos cursos, incluindo a proposta de um tecnólogo em Gestão Ambiental. A direção do campus
198 apresentou um esboço inicial para avaliar a viabilidade do curso, considerando o contexto local e regional, com
199 uma fundamentação teórica que permitisse avançar na elaboração de um PPC. Destacou ainda que a intenção
200 era evitar o desenvolvimento de um PPC que não fizesse sentido para a realidade da região. Ele ressaltou que a
201 proposta do curso estava alinhada com as necessidades ambientais da região, abordando não apenas as
202 energias renováveis, mas também a conscientização e educação ambiental, e o acompanhamento de pequenos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

203 empreendimentos, sejam eles de natureza lucrativa ou de economia solidária. Observou que, muitas vezes, as
204 pessoas têm uma percepção equivocada sobre a vida na natureza, como se a mata seca estivesse morta quando,
205 na realidade, ela abriga muita vida. Essas questões ambientais são centrais no pensamento por trás da criação do
206 curso. Além disso, também mencionou que a avaliação do PPC passou por várias etapas, incluindo a análise de
207 um comitê de graduação, pedagogos e membros do Consepe. Comentou sobre a alta demanda da comunidade
208 local para o curso, com várias prefeituras e estudantes aguardando sua implementação. Ele acredita que o curso
209 terá sucesso devido ao interesse da comunidade, ressaltando que a proposta de cursos técnicos oferecidos pelo
210 campus complementa as opções de formação já existentes, como o curso técnico de Gestão Ambiental, com um
211 foco no acesso e permanência dos alunos, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades financeiras
212 para estudar em centros urbanos maiores, como Mossoró. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
213 **Codes**, agradeceu os esclarecimentos e passou a palavra para a conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira**
214 que, na oportunidade, esclareceu que o IFRN não se limita a oferecer cursos técnicos de ensino médio, mas tem
215 como um dos seus principais focos os cursos tecnológicos de nível superior. Ela trouxe à tona a preocupação com
216 a criação de um curso similar ao oferecido pelo IFRN nos campi de Mossoró e Natal, que tem enfrentado
217 dificuldades no preenchimento das vagas iniciais. Questionou se a instituição havia feito um levantamento das
218 experiências do IFRN, especialmente em relação à evasão e à retenção de alunos nesse curso, e se havia dados
219 concretos que comprovassem a demanda real para a criação do curso. Sugeriu que, embora existam
220 manifestações de interesse da comunidade e das prefeituras, era necessário ter esses dados de forma
221 materializada e por escrito. Ela também levantou a questão da divisão de demanda entre as duas instituições, a
222 Ufersa e o IFRN, e se a criação do novo curso não poderia afetar a oferta já existente na região. Enfatizou que a
223 aprovação do curso parecia se basear apenas na boa intenção e otimismo, sem uma análise detalhada da
224 viabilidade real do curso, e que, para ela, seria essencial realizar um estudo mais aprofundado sobre a demanda,
225 inclusive ouvindo as experiências do IFRN e avaliando seus dados de evasão e retenção. O conselheiro **Pedro**
226 **Thiago Valerio de Souza** perguntou sobre o envolvimento dos técnicos administrativos e técnicos de laboratório
227 na discussão da criação do curso, questionando se eles estavam cientes e aprovavam a proposta. Mencionou
228 que, se a comunidade do campus estivesse de acordo com a criação do curso e fosse capaz de arcar com suas
229 consequências, ele não veria razões para ser contra a ideia. Em resposta, o conselheiro **Lucas Ambrósio**
230 **Bezerra de Oliveira** explicou que não havia sido realizada uma pesquisa formal com os técnicos sobre a criação
231 do curso, embora as preocupações sobre o número de técnicos estivessem sendo discutidas regularmente.
232 Mencionou que o campus de Angicos, por exemplo, já enfrentava dificuldades com a quantidade de técnicos, algo
233 que não era específico apenas para o novo curso. Também afirmou que, embora a proposta do curso fosse bem
234 recebida no campus, a questão do número de técnicos seria uma preocupação contínua, independentemente do
235 curso. Na sequência, a conselheira **Marcilene Vieira da Nóbrega** corroborou com a fala da professora Jacimara
236 Villar Forbeloni, destacando que o PPC do curso já passou por várias etapas de avaliação, incluindo análise por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

237 comitês de graduação e pedagogos capacitados. Defendeu que não se tratava de aprovar um curso baseado
238 apenas na sorte ou no otimismo, mas sim a partir de um estudo que foi feito, revisado e ajustado ao longo do
239 tempo. Pergunta sobre a exigência de incluir uma quantidade específica de vagas para técnicos no PPC, uma vez
240 que havia uma preocupação com corpo técnico necessário para o funcionamento do curso, considerando as
241 dificuldades já existentes. A professora **Jacimara Villar Forbeloni** contrapôs a afirmação da conselheira Milena
242 Paula Cabral de Oliveira ao afirmar que, embora os Instituto Federal — IFs tenham como foco principal o ensino
243 médio, os cursos de nível superior estão presentes de forma mais concentrada nos campi de Mossoró e Natal.
244 Destacou que nessas cidades já há uma concorrência interna entre cursos similares, como o caso de Engenharia
245 Ambiental em Mossoró. Segundo ela, a proposta do curso tecnólogo em Gestão Ambiental se diferencia
246 justamente por ser voltada ao sertão central, região ainda carente de oportunidades nessa área, e próxima ao
247 Vale do Açu, ambas com demandas crescentes na área de energias renováveis. Destacou que as empresas
248 atuantes nessas regiões têm importado mão de obra de outros estados por falta de profissionais qualificados
249 locais. O objetivo, segundo ela, é incluir a população do sertão central nesse novo cenário de oportunidades,
250 especialmente no setor energético. Argumentou que, portanto, não se trata de criar uma concorrência direta com
251 os cursos já existentes nos IFs, mas sim de atender uma demanda específica e regionalizada. Com relação ao
252 sucesso ou fracasso do curso, afirmou que nenhum curso nasce com garantia absoluta de êxito, mas que a
253 proposta foi construída com esperança e responsabilidade. O fato de o curso ser tecnólogo, ou seja, de curta
254 duração, foi pensado justamente para atrair estudantes e formar profissionais mais rapidamente para o mercado.
255 Sobre a questão da estrutura técnica, ela explicou que os técnicos de laboratório foram sim consultados durante a
256 elaboração do PPC, especialmente em relação à viabilidade da utilização dos laboratórios já existentes. Ela
257 reconheceu o déficit de técnicos administrativos como um dos maiores gargalos da instituição, mas ressaltou que
258 essa é uma realidade enfrentada há anos, e que o campus de Angicos, mesmo com o menor número de técnicos
259 em comparação com outros centros, tem conseguido se manter funcional. Finalizou reafirmando que, embora a
260 situação esteja longe do ideal, a proposta do curso foi construída dentro do que é possível no momento. Na
261 sequência, o conselheiro **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum** iniciou sua fala agradecendo a palavra e
262 expressando certo incômodo com duas falas anteriores. Ressaltou que sua intenção não era gerar conflitos, mas
263 sim contribuir para o debate de forma respeitosa e democrática. Enfatizou que a criação do curso é, por princípio,
264 algo positivo para a universidade, e que, no caso em discussão, presume-se que o campus responsável pela
265 proposta tenha realizado análises criteriosas sobre suas necessidades e as demandas da região. Destacou que o
266 curso em questão certamente passou por diferentes instâncias dentro da universidade, como conselhos de centro,
267 comitês e setores técnicos, o que reforça a seriedade do processo. No entanto, ele ponderou que o fato de o curso
268 ter passado por essas etapas não retira do Consunia legitimidade de discutir e deliberar sobre a proposta. Alertou
269 que é inadequado sugerir que, por já ter sido apreciado por outros órgãos, o Consuni não deva mais se manifestar
270 ou levantar questionamentos. Reforçou que esse tipo de postura poderia levar à descaracterização do papel do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

271 Conselho e defendeu que todos os conselheiros têm o direito e o dever de participar ativamente do processo de
272 decisão, inclusive propondo ajustes ou levantando preocupações. Para ele, se o Conselho não puder discutir
273 pontos como esse, então o regimento precisaria ser revisto, já que há precedentes em que propostas de cursos
274 chegaram até o Consuni e não foram aprovadas, como no caso da proposta do Curso de Arquitetura e Urbanismo
275 em Mossoró. Por fim, defendeu que o debate deva seguir com serenidade, respeito e abertura à crítica, reforçando
276 que o trabalho das comissões e instâncias anteriores é, sim, complexo e deve ser valorizado, mas que isso não
277 anula o papel crítico e deliberativo do Consuni. Encerrou sua fala pedindo que esse entendimento fosse registrado
278 em ata. Em seguida, a conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** reiterou que sua preocupação não é com a
279 criação do curso em si, nem com o campus Angicos, tampouco com a área ambiental, que ela reconhece como
280 relevante. A questão levantada é mais estrutural: como expandir a universidade de forma responsável,
281 considerando não somente o número de docentes e discentes, mas também a estrutura de suporte técnico e
282 administrativo, que já está defasada. Ela compartilhou que está na instituição desde 2011 e que a pauta da falta
283 de servidores técnicos é antiga e contínua, além de reforçar que cursos não se sustentam apenas com
284 professores e estudantes, e que técnicos são fundamentais para garantir a qualidade, a funcionalidade e a
285 manutenção dos serviços acadêmicos e administrativos. Ela também mencionou que em um PPC anterior, do
286 curso de Arquitetura e urbanismo, havia pactuação de códigos docentes, mas não houve a mesma preocupação
287 com os técnicos, e que agora esse cenário se repete. Ela então defendeu que, mesmo que o PPC tenha passado
288 por comitês e conselhos anteriores, isso não impede que o Consuni questione e peça ajustes, inclusive sobre a
289 necessidade de apresentar minimamente uma proposta de pactuação de vagas para técnicos administrativos. Por
290 fim, a conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** declarou que votaria contra a aprovação do curso naquele
291 momento, mas não por ser contra o curso em si, mas por acreditar que a proposta deve retornar para ajustes e
292 que, num segundo momento, possa voltar ao Conselho com alguma sinalização de previsão de vagas técnicas,
293 ainda que mínima. Na sequência, o conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** destacou que, assim como
294 a conselheira Maria Kaliane de Oliveira Moraes, não é contrário à criação do curso, compreende as preocupações
295 levantadas, sobretudo no que diz respeito à situação dos servidores técnico-administrativos em educação —
296 TAEs. Ressaltou que não enxerga tal divisão entre as categorias da universidade, pois entende que todos fazem
297 parte de um mesmo corpo institucional. Fez menção a falas anteriores suas, em que já havia se posicionado sobre
298 a importância do reconhecimento da atuação dos TAEs e da necessidade de fortalecimento dessa categoria,
299 especialmente frente à escassez de servidores nas unidades. Pontuou que, apesar da carência de pessoal,
300 acredita que a criação de novos cursos pode ser uma forma de provocar movimentos institucionais e romper com
301 a estagnação. Lembrou que o último curso criado no campus foi o de Pedagogia, e que desde então a unidade
302 vem enfrentando os desafios com os recursos que possui. Nesse sentido, considera que há uma certarecorrência
303 no enfrentamento dessas dificuldades, mas que é possível buscar soluções com base no que se tem à disposição.
304 Comentou ainda que entende o apelo feito em relação a dados mais quantitativos, como a pactuação de vagas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

305 para TAEs, mas defendeu que nem tudo pode ser previsto numericamente, especialmente dentro do contexto
306 público e regional em que a universidade se insere. Fez referência à figura histórica dos retirantes nordestinos
307 como símbolo de busca por novas oportunidades e usou essa analogia para afirmar que vê a criação do curso
308 como uma ação propositiva, que pode transformar a realidade do sertão central, onde o campus está inserido. Ao
309 se referir à colocação feita pelo conselheiro Rodrigo Silva da Costa Goldbaum, ressaltou que compreende a
310 necessidade de se ter acesso à documentação que respalde melhor a proposta do curso, mas pontuou que os
311 comitês e instâncias da universidade têm o papel de avaliar previamente esses documentos antes de chegarem
312 ao Consuni. Reforçou que Angicos tem ciência da sua realidade, reconhece suas limitações e tem buscado
313 alternativas como o Programa de Gestão e Desempenho – PGD, tentando conciliar as atividades com os poucos
314 servidores disponíveis. Finalizou sua fala destacando que o as gestões do campus Angicos tem sistematicamente
315 feito planos de reposição de pessoal e que essa preocupação é contínua. Reconheceu que cada caso deve ser
316 analisado de forma distinta, citando que o caso do curso de Arquitetura e Urbanismo possuía outras
317 especificidades, mas reafirmou que, para o contexto de Angicos e do CMA, o saldo é positivo. Posteriormente, a
318 conselheira **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos** iniciou sua fala parabenizando o Conselho pela
319 condução do momento e, em seguida, fez uma correção sobre o curso de Arquitetura e Urbanismo, destacando
320 que houve um equívoco na fala do conselheiro Rodrigo Silva da Costa Goldbaum e da conselheira Maria Kaliane
321 de Oliveira Moraes. Ela explicou que, durante as discussões anteriores sobre o curso, a comissão sequer teve a
322 chance de se manifestar. O curso foi colocado em pauta três vezes, mas em todas as ocasiões foi retirado, não
323 permitindo que fosse discutido adequadamente. Afirmou que o curso encontra-se atualmente “no limbo”, pois
324 embora tenha sido aprovado nas instâncias anteriores, não passou pela discussão do Conselho, o que é
325 necessário para uma decisão final, seja de aprovação ou de reprovação. Também criticou uma solicitação que
326 considerou excessiva, feita pelo Consuni, que exigia uma planilha orçamentária detalhada para o funcionamento
327 do curso nos próximos cinco anos, e fez um apelo para que o Conselho adote uma postura mais democrática,
328 permitindo que os cursos sejam discutidos de forma igualitária. Por fim, expressou apoio ao curso de Tecnólogo
329 de Engenharia Ambiental e destacou a importância de criar novos cursos e de buscar a ampliação de vagas para
330 técnicos administrativos, defendendo que a Ufersa deve continuar a crescer. Na sequência, a professora
331 **Jacimara Villar Forbeloni** concordou com as preocupações levantadas, mas explicou que a questão da criação
332 de vagas para técnicos administrativos depende do Ministério da Educação – MEC, que é quem estabelece as
333 diretrizes, e não do Consuni. Lamentou a falta de vagas, mas ressaltou que a luta é a nível nacional. Também
334 mencionou a importância de equiparar os departamentos da universidade com técnicos administrativos,
335 destacando a reestruturação feita para atender melhor às demandas. Para finalizar, reforçou a importância de que
336 o curso de Arquitetura e Urbanismo seja novamente pautado e discutido, e agradeceu a oportunidade de participar
337 da reunião. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a pauta em votação, a qual foi
338 aprovada com onze votos favoráveis, um voto contrário e seis abstenções. **QUARTO PONTO.** O presidente deste



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

339 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do quarto ponto e a colocou em discussão. Não
340 havendo discussões, pôs em votação, a qual foi aprovada com treze votos favoráveis e seis abstenções. **QUINTO**
341 **PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o quinto ponto da pauta e colocou em
342 discussão. Não havendo manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada com quinze votos favoráveis e
343 quatro abstenções. **SEXTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a
344 leitura da pauta e a colocou em apreciação. Foram apresentados os nomes indicados pelas unidades
345 responsáveis para compor a comissão, incluindo titulares e suplentes, sendo estes: João Ciro Fagundes Neto e
346 Klívio Loreno Raulino Tomaz, com atuação comprovada na área da saúde veterinária; Emanuelle Fontenele
347 Rabelo e Ailton Torres Carvalho, com atuação comprovada na área ambiental; Rafael Fernandes de Queiroz Neto
348 e Francisco Vitor Aires Nunes, com atuação comprovada na área da saúde humana; e Jacineumo Falcão de
349 Oliveira, Jennifer do Vale e Silva e Andiará Araújo Conegundes de Brito, com atuação comprovada na área
350 sanitária. Houve a necessidade de escolher um suplente para o último item da comissão, para o qual foram
351 indicados dois professores, Jennifer do Vale e Silva e Andiará Araújo Conegundes de Brito. Durante a discussão,
352 o conselheiro **Jennifer do Vale e Silva** explicou que recebeu o convite para ser suplente e aceitou, mas
353 desconhecia que o nome da professora Andiará Araújo Conegundes de Brito também constava para o mesmo
354 cargo. Informou ainda que, após contato com a professora Andiará Araújo Conegundes de Brito, ambos
355 concordaram em manter o nome dele como suplente. Dada a discussão, o presidente deste Conselho, **Rodrigo**
356 **Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **SÉTIMO PONTO.** O presidente deste
357 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta e colocou em discussão. O conselheiro **Ednardo**
358 **Pereira da Rocha**, relator da minuta, iniciou sua fala parabenizando a comissão responsável pela elaboração da
359 minuta e destacou que a proposta visa reconhecer e regulamentar as atividades práticas desenvolvidas pelos
360 projetos estudantis vinculados à SAE, fundamentais para a formação acadêmica, a pesquisa e a extensão dos
361 discentes. Também ressaltou o alinhamento do programa às diretrizes nacionais de curricularização da extensão e
362 à relevância das competições da SAE Brasil, que fortalecem a visibilidade institucional da universidade. Diante
363 disso, manifestou voto pela aprovação da minuta, considerando sua relevância acadêmica e institucional. O
364 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade.
365 Em seguida, informou que seriam analisadas duas emendas propostas pelo conselheiro **José Albenes Bezerra**
366 **Júnior**, referentes aos artigos segundo e terceiro da minuta, ambas com objetivo de aprimorar a redação. O
367 conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** elogiou o trabalho do relator e explicou que, no artigo segundo, sugeriu
368 ajustes de forma para melhorar a clareza e eliminar redundâncias no texto. No artigo terceiro, propôs substituir o
369 termo “disseminação científica” por “divulgação científica”, questionando se havia diferença de sentido relevante.
370 O conselheiro **Ednardo Pereira da Rocha** respondeu que a proposta era adequada, uma vez que o termo
371 “divulgação científica” refletia melhor as ações realizadas pelos projetos, especialmente junto às escolas e à
372 comunidade, reafirmando o caráter de extensão universitária dessas atividades. O presidente deste Conselho,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

373 **Rodrigo Nogueira de Codes**, complementou destacando o caráter internacional do programa SAE, presente em
374 diversas universidades do mundo, e o histórico da Ufersa em competições regionais, nacionais e até mundiais.
375 Citou como exemplo a equipe de Mossoró, que conquistou o sétimo lugar no mundial de 2019, nos Estados
376 Unidos, e lembrou outras conquistas expressivas das equipes de Mossoró e Caraúbas. Em seguida, colocou as
377 emendas em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Depois, pôs a resolução como um todo em votação, a
378 qual foi aprovada por unanimidade. **OITAVO PONTO**. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
379 **Codes**, realizou a leitura do oitavo ponto da pauta e a colocou em discussão. Na sequência, informou que havia
380 sido encaminhado um vídeo em homenagem ao Dr. Paulo Cisneiro, profissional amplamente reconhecido por sua
381 dedicação e contribuição à universidade, especialmente ao Hospital Veterinário. O vídeo foi então exibido durante
382 a sessão, reunindo depoimentos de colegas, técnicos e docentes que conviveram com o homenageado e
383 destacaram seu legado como médico-veterinário, servidor público e exemplo de amor à profissão e à instituição.
384 Após a exibição, a conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** reforçou a relevância da homenagem,
385 ressaltando que o Dr. Paulo, carinhosamente conhecido como Paulinho, trabalhou por mais de trinta e seis anos
386 na universidade, sendo uma figura essencial para o funcionamento e o desenvolvimento do Hospital Veterinário.
387 Ela destacou também o trabalho conjunto que ele realizou com os professores Alexandre Paula Braga e Ricardo
388 Galvão, contribuindo significativamente para as áreas de produção animal e fruticultura, além de sua atuação
389 comprometida com toda a comunidade acadêmica. Não havendo outras manifestações, o presidente deste
390 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente,
391 parabenizou os proponentes da iniciativa e reforçou a importância de realizar uma cerimônia oficial de
392 homenagem no próprio Hospital Veterinário, com a presença da comunidade acadêmica e da família do Dr. Paulo
393 Cisneiro, para marcar oficialmente a nomeação. **NONO PONTO**. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira**
394 **de Codes**, colocou em apreciação o último ponto de pauta, destinado à outras ocorrências. Com a palavra, a
395 conselheira **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos** convidou a comunidade acadêmica a participar do
396 espetáculo “As estrelas chegaram, o circo chegou”, promovido pelos Amigos da Pinacoteca, em parceria com a
397 Pinacoteca e a Ufersa, ressaltou as principais informações sobre o evento e destacou que a Pinacoteca e
398 Memorial Esam/Ufersa contará com uma programação especial ao longo da semana. Na sequência, o conselheiro
399 **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** registrou agradecimentos à equipe envolvida na criação do curso de
400 Tecnologia em Gestão Ambiental, primeiro tecnólogo da instituição, reconhecendo o empenho dos servidores e
401 docentes. Também destacou as comemorações pelos 20 anos do campus Angicos, que incluíram colação de
402 grau, homenagens e o II Seminário Paulo Freire, evento que considerou um dos momentos mais marcantes de
403 sua trajetória na universidade. Por fim, expressou gratidão ao reitor Rodrigo Nogueira de Codes, ao vice-reitor
404 Nildo da Silva Dias, aos professores envolvidos na comissão organizadora e à Câmara Municipal de Angicos, pela
405 homenagem prestada à Ufersa. Por fim, convidou todos para a 11ª CITEC, que ocorrerá em seis de outubro e
406 encerrou sua fala desejando uma boa semana à todos os presentes. Na sequência, a conselheira **Maria Kaliane**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

407 **de Oliveira Moraes** manifestou sua alegria com as manifestações públicas em defesa da democracia ocorridas no
408 dia anterior em diversas cidades do país, como Mossoró, Natal, São Paulo e Rio de Janeiro, além de enfatizar a
409 importância de reafirmar o compromisso democrático e a responsabilização de quem atenta contra as instituições.
410 Depois, abordou uma questão levantada pela conselheira **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos** sobre a
411 criação do curso de Arquitetura. A conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** explicou que, de fato, o PPC não
412 incluía uma previsão específica quanto ao quantitativo de servidores técnicos administrativos, mas apenas
413 mencionava que o número de funcionários seria determinado pela demanda dos serviços necessários. Ela
414 também lembrou que, no quadro apresentado, constavam apenas os docentes, sem qualquer previsão para os
415 servidores técnicos. A conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** afirmou que, em uma votação anterior, havia
416 solicitado a retirada de um ponto em questão, e reafirmou sua posição de ser contrária à falta de previsibilidade
417 quanto ao número de servidores administrativos, destacando a importância dessa previsão mínima para que a
418 universidade pudesse expandir de forma organizada. Por fim, ressaltou que, embora fosse a favor da criação de
419 novos cursos, acreditava que a expansão da universidade não se limitava apenas à criação de cursos, mas
420 deveria incluir a garantia de estrutura de suporte, como os servidores técnicos administrativos. Também
421 mencionou que a falta de previsibilidade no PPC do curso de Arquitetura era um reflexo da ausência de pactuação
422 sobre o quantitativo de novos servidores administrativos, o que, segundo ela, colocava em risco a continuidade e a
423 qualidade da expansão da instituição. Concluiu sua fala enfatizando a necessidade de um compromisso político
424 para garantir que a Ufersa possa continuar a crescer de forma sustentável. Na sequência, a conselheira **Tamms**
425 **Maria da Conceição Moraes Campos** pediu desculpas por uma possível falha na transmissão da informação
426 anterior. Ela explicou que, no PPC, havia, de fato, uma previsão de um técnico por laboratório, mas que esse
427 aspecto não foi amplamente discutido na reunião. Ela reafirmou sua concordância com a necessidade de
428 previsibilidade para servidores técnicos e prometeu que o assunto seria revisto em momento oportuno. O
429 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, fez então alguns anúncios, incluindo o convite para a
430 última colação de grau de 2025.1 do campus Mossoró. Ele também relatou sua participação em uma missão no
431 México, destacando acordos internacionais e parcerias acadêmicas que estavam sendo firmadas. Finalizou sua
432 fala com um convite para uma oficina sobre o Plano Diretor de Mossoró, que aconteceria no dia seguinte, e
433 destacou a importância da participação de todos nessa discussão sobre o ordenamento físico e territorial da
434 cidade. Nada mais havendo a discutir, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, deu por
435 encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que,
436 após lida e aprovada, na reunião **do dia X de X de 2025, segue assinada** pelo presidente do Consuni, pelos
437 conselheiros presentes nesta reunião e por mim. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.